

LIBRAS NAS MÃOS DOS OUVINTES: APRENDENDO UMA LÍNGUA VISUAL

Ana Paula de Lima Santos¹

RESUMO

Este artigo apresenta uma pesquisa sobre o interesse dos ouvintes e sua relação com a Língua Brasileira de Sinais – Libras, no curso de extensão “Curso de Libras – Nível Básico e Intermediário”, da Universidade Federal do Paraná – Setor Litoral (UFPR Litoral), promovido pela Seção de Políticas Afirmativas, Assuntos Estudantis e Comunitários do Setor Litoral (SEPOL). O objetivo foi analisar os motivos que levaram os participantes ouvintes a frequentar o curso ofertado entre 2017 e 2018, na cidade de Matinhos-Paraná, por meio de uma pesquisa bibliográfica, documental e de campo, na perspectiva qualitativa. Como sujeitos da pesquisa, optou-se em selecionar os candidatos do curso de extensão. Como instrumento de análise foram utilizados os formulários de inscrição. A análise das respostas dos 20 candidatos ingressantes no curso indicou a necessidade da oferta de um curso de Libras para a comunidade acadêmica e comunidade externa, mostrando a importância do curso de Libras para os ouvintes conforme suas demandas pessoais e profissionais.

PALAVRAS-CHAVE: Língua Brasileira de Sinais. Curso de Libras. Ouvintes. Surdos.

Introdução

Este trabalho constitui-se em um estudo sobre o interesse dos ouvintes e sua relação com a Língua Brasileira de Sinais – Libras. Dentro desse contexto, pretendeu-se desenvolver uma pesquisa no curso de extensão da Universidade Federal do Paraná – Setor Litoral (UFPR Litoral), promovido pela Seção de Políticas Afirmativas, Assuntos Estudantis e Comunitários do Setor Litoral (SEPOL) com a finalidade de analisar os motivos que levaram os participantes ouvintes a frequentar o curso de extensão “Curso de Libras – Nível Básico e Intermediário”, ofertado pela UFPR-Litoral em 2017 e 2018, na cidade de Matinhos-Paraná. Para traçar um perfil dos participantes e levantar dados quanto ao ensino da Libras para os cidadãos dentro da UFPR e da comunidade externa.

O interesse por esse assunto surgiu inicialmente da minha afinidade com o tema e, principalmente, devido ao desejo de realizar uma atividade que envolve algo relacionado à interação entre sujeitos ouvintes e surdos, pois estou em estudando essa abordagem desde o ano de 2011, quando comecei a socializar com os surdos e cursar Libras. Já em 2015, ao ingressar na UFPR Litoral, iniciei um estudo mais

¹ Acadêmica do curso de Licenciatura em Linguagem e Comunicação da Universidade Federal do Paraná- Setor Litoral. O Projeto de Aprendizagem de que trata este artigo foi mediado pela Prof^a. Patrícia Paula Schelp.

voltado as questões teóricas sobre a Libras, voltado à pesquisa sobre a temática, através do Projeto de Aprendizagem (PA). O módulo referente ao PA oportuniza a formulação de projetos a partir do desejo de conhecimento do acadêmico, pois possibilita escolher o tema e ainda podendo contar com mediação de um professor conforme sua linha de pesquisa, durante o projeto recebendo orientações, através de acompanhamento e incentivo para alcançar seus objetivos durante o processo de aprendizagem. Com base no Projeto Político Pedagógico da Universidade (UFPR-Setor Litoral, 2008) pude desenvolver o estudo sobre a temática durante todo meu processo acadêmico e, em 2017, tive a oportunidade de fazer parte do curso de extensão “Curso de Libras – nível básico” como colaboradora do curso, o qual ainda continuo como tal em 2018, no curso em nível intermediário.

A metodologia dessa pesquisa é de caráter bibliográfico, documental e de campo, segundo Prodanov e Freitas, 2013; na perspectiva qualitativa, segundo MINAYO, 2011.

A título de roteiro para leitura, esse artigo está organizado da seguinte maneira: num primeiro momento serão apresentadas as duas concepções de surdo/surdez, conforme os autores Skliar, 1998; Gesser, 2009. Em uma segunda abordagem, será feito um percurso histórico da educação de surdos no Brasil e no mundo, sucessivamente da Língua Brasileira de Sinais e seus movimentos acerca de educação e de sociedade Gesser (2009), Pedroso (2010), Kubaski (2009) abordando assuntos mais significativos que estão relacionados à Libras e a interação de ouvintes e surdos.

Esse arcabouço teórico servirá para fundamentar o percurso investigativo dado na metodologia da pesquisa, sendo esta, de caráter exploratório do tema, na qual cito os sujeitos da pesquisa, cito também os instrumentos e materiais usados para a coleta de dados, fazendo logo em seguida análise e interpretação dos dados. Por fim, nas considerações finais, apresento uma síntese com os fatos mais significativos da pesquisa.

Concepção Clínico–Terapêutica vs Concepção Sócio Antropológica

Na concepção clínico-terapêutica, assim como prevê o Decreto 5626/05² surdez é vista como uma deficiência, embora alguns grupos de surdos digam que

²Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm

não³, fazendo com que os sujeitos surdos se tornem separados e diferenciados sujeitos dos ouvintes, posicionando-os em desvantagem, se comparados à maioria da população. Vem daí a contexto em que o sujeito surdo precisa de cura, através de uma reeducação para estar dentro da “normalização”, ou seja, no caso do surdo, torná-lo um “ouvinte”. O modelo médico-terapêutico está baseado na proposta oralista, mas para os surdos esta proposta se traduz em vários sentimentos, como cita Gesser (2009, p. 50):

Pode-se dizer que a busca desenfreada pela recuperação da audição e promoção do desenvolvimento da fala vocalizada pelo surdo são objetos que se traduzem em vários sentimentos: desejo, dor, privação, aprovação, opressão, discriminação e frustração.

Dentro da perspectiva clínico-terapêutica, muitos autores definem os surdos como sujeitos incapazes “a deficiência auditiva seria uma das condições mais incapacitantes”(Boéchat, Russo e Almeida 2003, p. 473), do sujeito em meio a uma sociedade ouvinte. A surdez também é apresentada Freitas e Costa (2007, p. 744) como “uma deficiência altamente incapacitante, considerando seus efeitos na comunicação e o impacto causado no desenvolvimento cognitivo, psicossocial, da linguagem oral e escrita”.

A concepção clínico-terapêutica é um momento histórico na História da surdez e do surdo, pois a partir do século XV a medicina se volta para a surdez, e então o sujeito surdo torna-se alvo da medicina, porém com a intenção de “corrigir uma falha” e com a perspectiva de que há nesse sujeito um defeito que precisa ser corrigido para que ele possa ser capaz de conviver na sociedade. Ou seja, essa concepção surge com uma ideia controversa, e que não vê o indivíduo como um ser que possui habilidades e capacidades. A medicina tem avançado e atualmente ela é uma das opções que é dada a pessoa surda, porém há relatos que os procedimentos são dolorosos e não são 100% eficazes.

A concepção sócio antropológica diferente da clínico-terapêutica não vê o surdo/surdez como uma patologização e sim vê a surdez como uma diferença cultural e linguística e não como uma deficiência. Nessa concepção o surdo é reconhecido como um ser assim como o ouvinte, sua surdez não precisa de uma cura, a sua diferença é a Língua, a qual usa para se comunicar, no caso a Libras, que já é

³ Os conceitos de deficiente auditivo e surdo podem ser consideradas distintas a partir de perspectivas clínicas, sociais e culturais.

reconhecida por Lei (10.436 de 24 de abril de 2002). Nessa perspectiva as pessoas surdas formam grupos culturais e linguísticos próprios baseados na língua de sinais. (STROBEL, 2007; KARNOPP,2006; SÁ,2002; PERLIN,2004, LANE,1992 *apud* CLÁUDIO, 2014). Esse grupo constitui uma comunidade surda.

Apesar dessa diferença de Língua, segundo ALMEIDA (2000, p.3), "Surdos e ouvintes têm línguas diferentes, mas podem viver numa única comunidade, desde que haja um esforço mútuo de aproximação pelo conhecimento das duas línguas, tanto por ouvintes como por surdos". Mesmo ao considerar a surdez como uma diferença, Almeida (2000), supõe que não existe uma patologia e nem uma inferioridade do sujeito em relação aos demais. A diferença se dá pelo desenvolvimento e recursos próprios para interagir com o meio, ou seja, a língua que permita ao surdo expressar-se.

Já para Wrigley (*apud* Sá, 2002), a distinção do sujeito surdo vai mais além da audição como afirma:

A distinção entre surdos e ouvintes envolve mais que uma questão de audiologia, é uma questão de significado: os conflitos e diferenças que surgem referem-se a formas de ser. (WRIGLEY 1996; *apud* Sá, 2002, p. 49).

Com isso, conclui-se que a concepção clínico-terapêutica, que se baseia nos estudos clínicos, caracterizando o surdo pela deficiência e prescrevendo uma cura, para que o sujeito se aproxime do padrão biológico da normalidade. Já a concepção antropológica estuda a surdez em fatores sociais, culturais educacionais e linguísticos.

As duas concepções apresentadas têm visões distintas quanto à questão da surdez/surdo, a que uma vê o sujeito só com o olhar patológico e fazendo um senso quanto a sociedade, e que precisa de uma reparação, enquanto outra que vê o sujeito surdo como um indivíduo social, cultural e linguístico. Ou seja, por muito tempo, para a concepção clínico-terapêutica, a pessoa que não ouve era desprovida de capacidade e habilidade, seu olhar era voltado para a falha auditiva, como doença, o que faz levar um questionamento segundo essa concepção: a medicina vê o surdo como um ser incapaz de viver em meio a sociedade?

Com isso é possível afirmar que a concepção socioantropológica é a concepção que pensa no surdo como um ser humano como todos os outros diferenciando-o apenas pelos fatores sociais, culturais, educacionais e principalmente linguístico.

Língua de Sinais e a Língua Brasileira de Sinais.

As Línguas de Sinais têm como papel principal auxiliar na comunicação entre sujeitos surdos e ouvintes. Surge inicialmente na França, por volta de 1620, através de um padre espanhol, Juan Pablo Bonet⁴ (1579-1633), que criou o primeiro trabalho de ensino de surdos-mudos⁵, Bonet publicou o primeiro livro voltado a educação de surdos, que foi editado na França com o nome Redução das Letras e Arte de Ensinar a Falar os Mudos. O século XVIII é considerado o período mais próspero da educação dos surdos, pois nessa época surgem várias escolas para surdos e a educação evolui através da Língua de Sinais. Assim, com o tempo, outros estudiosos de diferentes países também passaram a constituir a Língua de Sinais, como EUA, Itália, Uruguai e até mesmo o Brasil (recentemente). Cada país possui sua própria Língua de Sinais, conforme sua cultura nacional, tornando a Língua de Sinais não universal e assim como outras línguas sofre alteração conforme a variação linguística. E estruturando assim oficialmente uma língua, com suas estruturas gramaticais e contextos.

A Língua de Sinais há muito tempo vem trazendo debates acerca do seu uso, tanto no âmbito escolar, quanto em meio a sociedade, mesmo ainda sendo uma língua desconhecida por muitos. “Historicamente a Língua de Sinais recebeu tardiamente, o reconhecimento linguístico na década de 1960” (GESSER, 2009, p.55). A falta de conhecimento dessa Língua fez e faz ainda com que muitos considerem seu uso apenas como uma “mímica” e que a ideia de ser apenas gestos tornaria prejudicial a aquisição da linguagem oral, o que dificultaria a interação do sujeito na sociedade. Essa é uma ideia que parte do conceito de que a escola deveria fornecer treinamento da leitura labial e oralização, para que os alunos pudessem se beneficiar do aprendizado. Esse conceito surge a partir do método de ensino para surdos conhecido como oralismo.

Oralismo

O oralismo é considerado um método de ensino para surdos, é um dos períodos históricos de revolução para a educação dos surdos no mundo, teve e tem

⁴ Padre, filósofo e soldado, considerado um dos primeiros preceptores de surdos.

⁵ Lembrando: esse termo sempre que aparecer refere-se ao termo usado na época, atualmente caiu em desuso.

até os dias atuais muitos pensadores que debatem sobre, como por exemplo Aristóteles, que acreditava que o pensamento se dava mediante a fala e como os surdos não ouvem, conseqüentemente, não falavam, sendo assim não pensavam. Sendo assim, com o passar dos tempos, buscando a “normalização” desses sujeitos, surge o período da oralismo, com o objetivo de reparar os sujeitos não ouvinte e o torná-los surdos oralizados.⁶

Esse período, o qual pode-se chamado de método de ensino para os surdos ganhou força no II Congresso Internacional de Educadores de Surdos em Milão em 1880⁷, onde foi votação para a proibição do uso da Língua de Sinais, como método de ensino. Com isso, “sabe-se que os médicos, fundamentados no oralismo e na visão clínico-terapêutica, orientavam as famílias a proibir o uso de sinais [...] bem como o contato com outros surdos” (PEDROSO, 2010, p. 07). Um dos maiores defensores do método do oral foi Alexander Graham Bell⁸. A autora Gesser (2006, p. 51) afirma que Graham Bell teve papel crucial para a negação e opressão da Língua de Sinais.

A partir desse marco histórico, o oralismo tornou-se o único método mundialmente usado para a educação de surdos, acreditando-se que esse era a melhor maneira dos surdos receberem as instruções escolar, tornando-se, assim, uma fase de grande importância no processo de educação dos surdos. Mas no início do século XX, observou-se o insucesso desse método, pois não era um método eficaz, fazendo com que dos surdos fossem denominados deficientes, como mostram alguns estudos sobre o período oralista. Sendo assim surge uma nova fase, chamada Comunicação Total.

Comunicação Total

A partir de 1970, através de uma manifestação linguística de alguns surdos e estudiosos da Língua de Sinais, surgiu a comunicação total, que não é um método e sim conhecida como uma filosofia de educação, uma filosofia que utiliza tanto dos meios orais, manuais, visuais e até mesmo gestuais para assegurar a comunicação entre os surdos e ouvintes, trazendo características do oralismo, porém acreditando

⁶ São surdos que adquirem a língua oral para se comunicar, também denominada de leitura labial e/ou leitura e escrita.

⁷ Congresso De Milão realizados Nos Dias 9 A 12 De Setembro De 1880.

⁸ Cientista, inventor e fundador da companhia telefônica Bell, conhecido como o inventor do Telefone.

que os aspectos cognitivos, emocional e social não devem ser deixados de lado. Compreende que a criança surda seja exposta desde cedo a:

- Linguagem oral;
- Leitura labial;
- Gestos e alfabeto manual;
- Amplificação sonora;
- Leitura e escrita.

Mas o uso simultâneo de diferentes signos como a Língua de Sinais, o Português sinalizado e etc. Requer o seu uso obedecendo a estruturas gramaticais da língua oral, não respeitando a estrutura própria da Língua de Sinais, não durou muito tempo, principalmente porque o Português era organizado na perspectiva dos falantes, fazendo com que o português sinalizado não fizesse sentido algum para os surdos. Portanto é criada uma nova metodologia de educação para os surdos, o Bilinguismo.

Bilinguismo

No século XIX, os surdos reivindicam seus direitos e o reconhecimento da sua língua, então surge a Proposta Bilíngue de Educação do Surdo, que é usada até os dias de hoje, contribuindo para o desenvolvimento do aluno surdo, reconhecendo a Língua De Sinais como a primeira língua do surdo (L1) e a Língua Portuguesa como sendo a segunda língua (L2). “O bilinguismo visa capacitar a pessoa com surdez para a utilização de duas línguas: a língua de sinais e da comunidade ouvinte.” (KUBASKI, MORAIS, 2009, p. 3414). Segundo este mesmo autor:

A aquisição da língua de sinais vai permitir a criança surda, acessar os conceitos da sua comunidade e passar a utilizá-los como seus, formando uma maneira de pensar, de agir e de ver o mundo. Já a Língua Portuguesa, possibilitará fortalecimento das estruturas linguísticas, permitindo acesso maior à comunicação. (p. 3414).

O bilinguismo desenvolve o processo cognitivo e ampliação do vocabulário da criança surda. Atualmente, o bilinguismo é o método usado para o ensino dos surdos, e conforme vem mostrando, está sendo o método mais eficaz até então. Todos os métodos aqui apresentados tiveram grande importância na vida do sujeito surdo, mas segundo estudos o bilinguismo é a proposta de ensino que mais trouxe benefícios aos surdos.

Língua Brasileira de Sinais

A Língua de Sinais surge por volta de 1620, mas no Brasil a educação de Surdos é difundida em 1857, como uma língua nacional de sinais, quando o surdo e educador francês Harnest Huet, veio para o Brasil e fundou o Imperial Instituto Nacional de Surdos-Mudos⁹, por meio da Lei nº 839, de 26 de setembro em 1857, no Rio de Janeiro. No Brasil a aquisição da Língua De Sinais, é um assunto recente sendo aprovada como Lei em 24 de Abril de 2002. A Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), teve reconhecimento pela Lei 10.346/02 que diz em seu Art. 1:

Art. 1º É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais - Libras e outros recursos de expressão a ela associados. Parágrafo único. Entende-se como Língua Brasileira de Sinais - Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema linguístico de transmissão de idéias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil.

Sendo assim, esta Língua é amparada pela lei e isso o garante o desenvolvimento do indivíduo surdo, tendo seu processo de desenvolvimento tanto quanto na situação da sua linguagem quanto na construção de conceitos para que possa compreender melhor o mundo que o cerca, utilizando de sua própria língua. No âmbito escolar a Legislação de ensino já garante a escolarização do sujeito surdo, visto que todas as pessoas têm direito de estar na escola (Constituição Federal, Art. 205)¹⁰. Após 3 anos da oficialização da língua, cria-se o Decreto 5.626/05 que regulamenta a lei 10.436/02, com o objetivo principal de destacar e implantar a educação bilíngue com o ensino da L1 e L2, com a intenção de amparar a perspectiva da inclusão¹¹. Conforme a Declaração da Salamanca (1994)¹² presume uma educação inclusiva, onde todos podem aprender juntos, independentemente de suas condições, conforme suas necessidades, sejam elas físicas, intelectuais, sociais, raciais, linguísticas etc.

Como a maioria das Leis, o processo de inclusão ainda não é totalmente eficaz, visto que a inclusão do surdo na rede de ensino prevê o uso da Libras, mas

⁹ Um século após sua fundação, por meio da Lei nº 3.198, de 6 de julho, a instituição tornar-se-ia o Instituto Nacional de Educação dos Surdos (INES).

¹⁰ Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

¹¹ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm

¹² Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>

que ainda é um assunto que até os dias de hoje é motivo de grandes discussões, pois em muitos lugares ainda se fazem necessárias adaptações, devido a falta de conhecimento das pessoas nessa área, pois não basta colocar a língua no ensino, é preciso subsídios e adequações curriculares de forma que favoreçam o surdos e ouvintes, tornando o ensino apropriado a cada sujeito. Segundo Skliar (2005), usufruir da Língua de Sinais é um direito dos surdos e não uma concessão de alguns professores e escolas. Podemos ver que perante a Lei os surdos têm seus direitos e são amparados a uma educação privilegiada e segundo a Legislação não pode ser negado o ensino a eles. Porém, apesar de estar na lei, na prática, essa inclusão não acontece.

A Lei 10.436/02 garante respaldo do poder e dos serviços públicos, com o uso da Libras e, então em 2005, a lei se torna regulamentada pelo Decreto 5.626/05, visto que o Decreto estabelece a inclusão da Libras como disciplina na grade de ensino do currículo escolar.

Como podemos ver no Cap. II, Art. 3º do Decreto 5.626/05:

A Libras deve ser inserida como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, e nos cursos de Fonoaudiologia, de instituições de ensino, públicas e privadas, do sistema federal de ensino e dos sistemas de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

§ 1º Todos os cursos de licenciatura, nas diferentes áreas do conhecimento, o curso normal de nível médio, o curso normal superior, o curso de Pedagogia e o curso de Educação Especial são considerados cursos de formação de professores e profissionais da educação para o exercício do magistério.

§ 2º A Libras constituir-se-á em disciplina curricular optativa nos demais cursos de educação superior e na educação profissional, a partir de um ano da publicação deste Decreto.

O mesmo Decreto estabelece uma educação inclusiva para os surdos como podemos no Capítulo VI, Art. 22, incisos I e II:

Art. 22. As instituições federais de ensino responsáveis pela educação básica devem garantir a inclusão de alunos surdos ou com deficiência auditiva, por meio da organização de:

I - escolas e classes de educação bilíngue, abertas a alunos surdos e ouvintes, com professores bilíngues, na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental;

II - escolas bilíngues ou escolas comuns da rede regular de ensino, abertas a alunos surdos e ouvintes, para os anos finais do ensino fundamental, ensino médio ou educação profissional, com docentes das diferentes áreas do conhecimento, cientes da singularidade linguística dos alunos surdos, bem como com a presença de tradutores e intérpretes de Libras - Língua Portuguesa.

Como exposto, é garantido ao sujeito surdo está na rede de ensino desde os anos iniciais até a educação profissional, além de professores bilíngues, porém são poucos profissionais docentes que atuam dessa forma; outra questão que nos aponta o artigo é o direito a presença de tradutores e intérpretes de Libras/ Língua Portuguesa. Vemos mais especificamente o direito do surdo ao tradutor e intérprete de Libras/ Língua Portuguesa no Art. 23 e inciso 1º do cap. VI:

Art. 23. As instituições federais de ensino, de educação básica e superior, devem proporcionar aos alunos surdos os serviços de tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa em sala de aula e em outros espaços educacionais, bem como equipamentos e tecnologias que viabilizem o acesso à comunicação, à informação e à educação.

§ 1º Deve ser proporcionado aos professores acesso à literatura e informações sobre a especificidade linguística do aluno surdo.

O Tradutor/Intérprete é um profissional que possibilita a tradução e interpretação do discurso de uma Língua para outra, com a função de mediar a interação comunicativa entre o surdo e o ouvinte que não utiliza da Língua de Sinais, e vice-versa. Tem grande importância na Educação dos surdos.

Este capítulo expõe muito a questão legislativa e basicamente se resume que: todos os direitos dos surdos e sua inclusão na rede de ensino estão amparados e supridos. Porém como a maioria das leis, no papel elas são sempre muito organizadas e regulamentadas, mas na prática a educação inclusiva não ocorre como deveria, para comprovar isso, basta apenas perguntar ao um aluno surdo ou até mesmo frequentar uma rede de ensino, isso se dá não somente pelo não cumprimento da legislação, pois uma das coisas que vemos é que muitas pessoas não conhecem sobre o assunto que vai desde a surdez a Língua de Sinais, só nesse exemplo já podemos ver que o que a legislação impõe não se cumpri, com isso não há profissionais capacitados, e quando há, é só no ambiente escolar, privando o sujeito surdo quando se trata de assuntos em outras áreas no meio social. Pois a maioria dos ouvintes desconhecem a segunda Língua oficial do seu próprio país (Libras); o que faz com que o sujeito não possa se comunicar em meio a sociedade, sem a ajuda de um Tradutor e Intérprete.

Metodologia

Esta pesquisa foi realizada de forma bibliográfica, visto que foi utilizado de um referencial teórico e fichas de leituras para desenvolver a pesquisa, documental: pode

integrar o rol de pesquisas utilizadas em um mesmo estudo ou se caracterizar como o único delineamento utilizado para tal (BEUREN, 2006 apud Prodanov e Freitas, 2013), e de campo, que consiste na observação de fatos e fenômenos tal como ocorrem espontaneamente, na produção de dados a eles referentes e no registro de variáveis que presumimos relevantes, para analisá-los.(Prodanov e Freitas,p. 59, 2013).

A pesquisa qualitativa tem como intenção uma investigação que permite trabalhar a possibilidade de uma construção de conhecimento e obtém todos os requisitos e instrumentos para ser uma pesquisa considerada e valorizada como um construto científico. (MINAYO, 2011).

O método científico utilizado para a produção de dados foi através do formulário de seleção do curso, que os 20 ingressantes responderam ao se candidataram a vaga, pois é um sistema que obtém informações diretas do entrevistado; quanto as informações do questionário, foram elaboradas questões abertas e fechadas, com foco nos motivos a participar do curso, porém levando em consideração alguns dados pessoais do entrevistado. Pensando na não exposição do sujeito da pesquisa, seus nomes foram substituídos por letras do alfabeto. Para a investigação e conclusão dessa pesquisa, o coordenador e ministrante do curso de Libras investigado compartilhou o formulário de seleção, para fim desta pesquisa, e para a tabulação optou-se pelo uso do resumo das respostas de perguntas aberta. Para isso foram utilizados recursos computacionais para organizar os dados obtidos na pesquisa de campo, e optou-se para a exposição dos dados a criação de tabelas para melhor visualização. A produção de dados conta com algumas das questões do formulário, visto que estes seriam de grande proveito, como a seguir:

1. **Qual a sua motivação para realizar um curso de Libras?**
2. **Possui familiares surdos que utilizam Libras?**
3. **Qual a sua atuação profissional?**
4. **Na sua atual profissão, você tem contato com surdos?**
5. **Você realizou o curso básico de Libras na UFPR Litoral?**
6. **Qual seu vínculo com a UFPR?**

Resultados

O curso de extensão da UFPR Litoral, promovido pela SEPOL “Curso de Língua Brasileira de Sinais (Libras) – Nível Básico e Intermediário”, ofertado nos anos 2017 e 2018, tem como objetivo até a sua realização: “aprimoramento em comunicação em nível intermediário com os surdos que frequentam o espaço universitário e comunidade em geral”. O curso em nível básico contou com uma carga horaria total de 60h, tendo início no período de 12/09/2017 a 21/12/2017, e em nível intermediário com uma proposta de carga horaria de 120h total, com início 03/09/2018 com previsão de termino com data 01/03/2019. Coordenado e ministrado pelo técnico Ringo Bez de Jesus¹³.

A pesquisa defende a necessidade da oferta do curso de Libras para os ouvintes nativos da Língua Portuguesa pelo fato de que para estes ela é uma língua estrangeira. Apesar dessa diferença, segundo ALMEIDA (2000, p. 3), surdos “e ouvintes têm línguas diferentes, mas podem viver numa única comunidade, desde que haja um esforço mútuo de aproximação pelo conhecimento das duas línguas, tanto por ouvintes como por surdos”.

O curso atualmente possui 23 participantes, sendo que 20 são ouvintes (17 mulheres e 3 homens) e 3 são surdos (2 mulheres e 1 surdo), lembrando que a pesquisa é voltada aos participantes ouvintes, por isso não houve análise quanto a questão dos sujeitos surdos, pois a pesquisa foi feita com base nas respostas do formulário, que os sujeitos surdos não responderam, pois eles não estão no curso como participantes que se inscreveram para o curso, e sim como participantes colaboradores do curso, no entanto, deixo claro minha consideração e visão quando a importância do sujeito surdo no campo de pesquisa. A análise conta com as questões do formulário a seguir:

Tabela 1
Qual a sua motivação para realizar um curso de Libras?

Participante	Motivação
A	Compreende a importância da Libras para a comunicação; e como um diferencial para o mercado de trabalho.
B	Para ter formação em intérprete de Libras

¹³ Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2170555760625380>

C	Se comunicar com surdos; formação em intérprete de Libras
D	Defende a obrigatoriedade do ensino da Libras para o ensino fundamental I; desenvolver atividades no Sesc.
E	Realizar atendimentos psicológicos com pessoas surdas sem necessidade de intérprete
F	Atender pacientes surdos.
G	Adquirir conhecimento para lecionar para surdos e se comunicar com a comunidade surda do seu município.
H	Compreende a importância da relação entre ouvintes e surdos; pretende ser psicóloga de crianças surdas.
I	Para se comunicar e compreender melhor a esposa surda; desenvolver trabalhos na APAE.
J	Aprender e ser fluente na Libras para poder interagir e conviver com surdos.
K	Obter conhecimento, formação e ajudar os surdos, promovendo inclusão.
L	Ampliar conhecimento.
M	Devido a formação docente; promover a inclusão no ensino.
N	Ampliação do conhecimento; interação com pessoas surdas.
O	Interagir com pessoas surdas quando necessário.
P	Aprender para ensinar os demais, principalmente seus vizinhos.
Q	Trabalhar na área da Libras; promover inclusão.
R	Tem interesse na área e acreditar acrescentar na sua formação na área da saúde.
S	Devido a formação docente; promover a inclusão no ensino.
T	Devido sua formação docente; apresso com a língua; ser fluente; pesquisar e atuar na área da dança com a Libras.

Tabela 2

Possui familiares surdos que utilizam Libras?

Participante	SIM – NÃO
A	Não

B	Não
C	Não
D	Não
E	Não
F	Não
G	Não
H	Não
I	Sim
J	Não
K	Não
L	Não
M	Não
N	Não
O	Não
P	Não
Q	Não
R	Não
S	Não
T	Não

Tabela 3

Qual a sua atuação profissional?

Participante	Atuação / Profissão
A	Comissária de voo
B	Pedagoga
C	Professora
D	Professor e acadêmico de História
E	Psicóloga
F	Técnica de enfermagem
G	Professora
H	Estudante de psicologia
I	Pescador

J	Eletricista
K	Professora
L	Professora
M	Professor
N	Professora aposentada
O	Zeladora
P	Voluntaria na associação dos bairros
Q	Artesã
R	Acadêmica Saúde Coletiva
S	Pedagoga
T	Acadêmica de Artes

Tabela 4

Na sua atual profissão, você tem contato com surdos?

Participante	SIM – NÃO
A	Não
B	Não
C	Sim
D	Sim
E	Não
F	Sim
G	Sim
H	Não
I	Sim
J	Não
K	Não
L	Sim
M	Sim
N	Não
O	Não
P	Sim
Q	Não

R	Não
S	Sim
T	Sim

Tabela 5

Você realizou o curso básico de Libras na UFPR Litoral?

Participante	SIM – NÃO
A	Sim
B	Sim
C	Não
D	Sim
E	Não
F	Sim
G	Não
H	Sim
I	Sim
J	Sim
K	Sim
L	Não
M	Sim
N	Sim
O	Sim
P	Sim
Q	Não
R	Sim
S	Sim
T	Sim

Tabela 6

Qual seu vínculo com a UFPR?

Participante	Vínculo com a UFPR
A	Acadêmica

B	Comunidade Externa
C	Comunidade Externa
D	Comunidade Externa
E	Comunidade Externa
F	Comunidade Externa
G	Comunidade Externa
H	Comunidade Externa
I	Acadêmico
J	Comunidade Externa
K	Comunidade Externa
L	Comunidade Externa
M	Acadêmico
N	Professora aposentada
O	Comunidade Externa
P	Comunidade Externa
Q	Comunidade Externa
R	Acadêmica
S	Comunidade Externa
T	Acadêmica

Na tabela 1, podemos observar as respostas referentes, à motivação que levou cada participante a ingressar no curso de Libras, e percebe-se que essas motivações são na grande maioria em comum um para com os outros. Tendo maior motivação na área profissional, bem como também na promoção da interação e inclusão de ouvintes e surdos. Outra coisa que podemos observar é que diferente do que o senso comum se subtende “que a maioria das pessoas que têm interesse em aprender a Libras, são as pessoas que atuam e/ou estudam a área relacionada a educação”, conseguimos observar através de algumas respostas ainda da tabela 1, assim também como na tabela 3, que há profissionais de outras áreas, como a saúde interessada no aprendizado na Língua Brasileira de Sinais. Outro dado interessante que chama atenção é que dos 20 participantes apenas 1 tem familiar surdo (Tabela 2).

Visto que o curso é ofertado para a comunidade interna da UFPR e comunidade externa, podemos ver através desses dados que só 25% dos participantes são da comunidade interna (Tabela 6). Isso pode se justificar devido ao curso ser uma extensão da Universidade com a comunidade externa assim como prega o Projeto Político Pedagógico da UFPR Litoral.

Considerações finais

Esse trabalho é resultado de uma pesquisa que se deu dentro de um Projeto De Aprendizagem, que possibilitou uma profunda compreensão quanto aos estudos sobre a Língua Brasileira De Sinais. Tornou-se uma trajetória de grande aprendizado. Fez parte dele uma extensão: curso de Libras, onde fui colaborada e também como pesquisadora. Como descrito, na justificativa, a relação com a área da Língua de Sinais tem um grande percurso, pois, pesquisar sobre as motivações que levaram a outras pessoas a se interessar pelo curso de Libras, torna-se uma experiência como pesquisadora muito boa.

A Universidade propôs e aplicar uma extensão de ensino da Língua Brasileira de Sinais, mostra o qual atuante está na área da promoção da interação e inclusão, voltada para sua comunidade interna e externa.

Quanto essas informações coletadas, conclui-se que as motivações estão em torno da promoção da interação e a inclusão dos sujeitos surdos em meio a sociedade, em diferentes áreas, pois os surdos não estão apenas inseridos na área da educação e sim devem estar inseridos na sociedade brasileira como um todo.

Sendo assim conclui-se ainda a necessidade da oferta do curso de Libras para a comunidade acadêmica e comunidade externa, visto que muitos estão dispostos a aprender uma língua para benefícios próprios. Levando em consideração suas demandas pessoais e profissionais, compreende-se também que os ouvintes quando conhecem a Libras, na grande maioria acabam tendo interesse e buscando por mais instruções quanto essa língua, tornando-se incluídos na comunidade surda.

REFERÊNCIAS

- BRASIL, Congresso nacional. **Lei nº. 10436, de 24 de abril de 2002**. Brasília, 2002.
- BRASIL. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002 e o artigo 18º da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em:
<[Http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm)>.
Acesso em: nov./2017.
- CLAUDIO, D. P. **A surdez nos jornais do sul do Brasil**: uma perspectiva sócio-histórica. Tese de doutorado em distúrbios da comunicação. Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2015.
- DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, Espanha, 1994, disponível em <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf> acesso em: 22 de novembro de 2017.
- FELIPE, Tanya A. **Libras em Contexto**: Curso Básico: Livro do Estudante. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2005. 6ª Edição 188 p.
- FELIPE, Tanya Amara. **Os processos de formação de palavra na Libras**. Estudos Linguísticos: Grupos de Estudos e Subjetividade, Campinas, v. 7, n. 2, p. 200-217, jun. 2006.
- FERREIRA-BRITO, L.; LANGEVIN, R. Sistema de Transcrição de Sinais. In: FERREIRA BRITO, L. Por uma gramática de Língua de Sinais. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995.
- GESSER. Audrei. **LIBRAS?**: Que língua é essa?: crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.
- GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- KUBASKI, Cristiane; MORAES, Violeta Porto. O bilinguismo como proposta educacional para crianças surdas. Curitiba, PUCPR, 2009.
- LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de; SANTOS, Lara Ferreira dos. **Tenho um aluno surdo, e agora?** SP: EDUFSCAR - 2014.
- LIMA, Camila. **O Surdo, Ser Social**: Concepções Clínico-Patológica X Sócio-Antropológica. 2012. Disponível em: PORTAL EDUCAÇÃO - Cursos Online: Mais de 1000 cursos online com certificado <http://www.portaleducacao.com.br/pedagogia/artigos/21684/o-surdo-ser-social-concepcoes-clinico-patologica-x-socio-antropologica#ixzz4EtFptxA4>. Acesso em: mai./2016.

MATOS, K.S.L **Pesquisa Educacional**: o prazer de conhecer. 2 ed. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2002, p.39-68.

MINAYO. M.C.S. **Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade**. Rio de Janeiro. 2011.

PEDROSO, Cristina Cinto Araujo. **Língua Brasileiras De Sinais**. Batatais, SP. Ação Educacional Claretiana, 2010.

PRODANOV. C. C.; FREITAS, E. C. II. **Metodologia do trabalho científico** [recurso eletrônico]: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico.-2. Ed Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RESENDE, A e LACERDA, Cristina. **Mapeamento de alunos surdos matriculados na rede de ensino pública de um município de médio porte do Estado de São Paulo**: dissonâncias. Rev. bras. educ. espec. vol.19 no.3 Marília July/Sept. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141365382013000300008&lang=pt>. Acesso em: nov./2017.

SÁ, N.R.L. **Cultura, Poder e Educação de Surdos**. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2002.

SKLIAR, Carlos (org). **A Surdez**: um Olhar Sobre as Diferenças. Editora Mediação. Porto 2007.